

**FRENTE DE ESQUERDA SOCIALISTA
LUTAR PARA TRANSFORMAR ARACAJU
PROGRAMA POLÍTICO**

O limite das eleições: um chamado à organização popular!

1. O programa político é a expressão da análise da realidade e as propostas para transformá-la. Ele busca sintetizar os anseios da ampla maioria da população. Em tese, o momento da eleição é disputa de programas, propostas, projetos políticos. Nada mais falso. As eleições são controladas pelo poder econômico das classes dominantes e, portanto, um espaço antidemocrático e distante dos trabalhadores, da juventude, dos negros e negras, das mulheres e das LGBT's. Enquanto essas relações econômicas e sociais não forem modificadas radicalmente não será possível construir pela via eleitoral uma Aracaju para a maioria da população. Portanto, a eleição não é o fim, o nosso principal objetivo. Mas, considerando que *a) maioria da classe trabalhadora participa desse processo; e b) não estamos em condições ideais, mas de grande avanço do conservadorismo e de forte retrocesso de direitos sociais*; julgamos necessário apresentar um programa alternativo. Um programa anticapitalista! Que esse programa seja vencedor! Que a classe trabalhadora possa continuar tendo a esperança de que somente a luta poderá mudar a sua vida!

2. O programa tem por base o acúmulo coletivo da militância, dos trabalhadores, desempregados, artistas, movimentos sociais, intelectuais, partidos e organizações que constroem a Frente de Esquerda em seus debates, como também recupera questões das últimas eleições em especial as de 2012 e 2014. É construído democraticamente em plenárias, reuniões e continua aberto para críticas e sugestões, visando uma construção verdadeiramente coletiva. Enquanto as candidaturas burguesas ostentam "rios de dinheiro" para vender falsas promessas e financiar a compra de voto seguiremos um caminho pautado pelo respeito a população e o trabalho de base junto as comunidades aracajuanas. Dessa forma o nosso chamado é um convite à organização popular! Por isso, o voto no programa da esquerda é um ato importante, mas fundamental é a organização da classe trabalhadora. Não há políticos e soluções pragmáticas que resolvam a situação de desigualdade da nossa capital. Apenas a luta social tem condições de reverter a exploração e toda a opressão!

A crise econômica e política nas eleições municipais

3. Em nossa defesa programática estarão presentes questões da conjuntura nacional de profunda crise econômica e política, aliadas a questões locais. As eleições são municipais, mas elas estão inseridas em uma conjuntura própria do país. Nosso programa expressa, portanto, um posicionamento de que os trabalhadores não paguem pela crise, enfrentando as demissões, os arrochos salariais, a reforma da previdência, ajuste fiscal, retirada de direitos, etc. e, politicamente se posicione contra o impeachment da presidenta Dilma e em defesa do "Fora Temer", como bandeira política de oposição ao governo interino.

Defendemos que mesmo a Frente de Esquerda mantendo o seu papel histórico de oposição de esquerda aos governos petistas, não pode ser conivente com manobras institucionais da direita corrupta. Como também realizar um duro balanço acerca do programa democrático popular e os limites da conciliação de classes dirigida pelo PT que abriu um grande espaço para o próprio avanço da direita. Defendemos um consenso sobre a importância de os trabalhadores assumirem a cena política com uma agenda unitária a partir de uma greve geral e achamos necessário ampliar o debate acerca da política de novas eleições gerais sob novas regras.

4. Um programa para Aracaju passa também por uma forte oposição de esquerda ao governo Jackson e sua política de pagamento dos juros da dívida pública, empréstimos, privatização e terceirização, parcelamento de salário de servidores, repressão e ausência completa do Estado frente aos direitos sociais. Para realizar uma prefeitura voltada para a maioria da população Aracajuana não é possível ser aliado de quem prejudica o povo trabalhador sergipano. A história do PSOL e da Frente de Esquerda tem trilhado um caminho de autonomia e enfrentamento aos grupos tradicionais da política sergipana.

A situação de Aracaju

5. Aracaju - assim como as demais capitais brasileiras - é uma cidade completamente dominada pelos interesses dos grandes grupos econômicos, com destaque para as construtoras, indústrias, empresas de limpeza urbana, transporte coletivo, telemarketing, universidades, shoppings, segurança, etc. A reorganização urbana avança ou retrocede de acordo com os interesses econômicos desses grupos. A partir do financiamento das campanhas eleitorais elegem representantes diretos para controlar a cidade. A população explorada e excluída é chamada apenas a cada quatro anos para se posicionar diante do voto. A grande desigualdade social abre espaço para o oportunismo e a corrupção por meio da compra de votos.

6. Uma vez que a cidade se orienta pelo lucro e não pela necessidade das pessoas, constata-se que há um intenso processo de devastação ambiental, em especial dos rios e mangues. A ausência de uma diretriz mínima de regulamentação da especulação imobiliária como o plano diretor evidencia a dependência do poder político com as construtoras. Nos últimos anos uma onda de privatizações tem assolado também a educação e saúde, a exemplo dos contratos temporários e as OS's. Fazemos um chamado para "desprivatizar" a cidade e os direitos. Auditoria em todos os contratos e das contas municipais será importante para iniciar a transformação no jeito de governar a cidade.

7. Por outro lado é preciso afirmar a resistência do povo aracajuano. A luta de classes tem demonstrado toda a força dos movimentos, sindicatos e iniciativas políticas que enfrentam a lógica geral da cidade voltada para o lucro. Essa é a nossa prioridade de alianças e de construção política. Dar visibilidade as

demandas da periferia da cidade, aos trabalhadores rodoviários, garis, empregadas domésticas, movimentos de cultura, desempregados, professores, servidores públicos, a juventude, trabalhadores terceirizados, ambulantes, comerciários, enfim, o conjunto da classe que vive do seu próprio trabalho. Aracaju precisa ser construída de baixo para cima.

8. Ao mesmo tempo, é necessário estabelecer uma construção mais ampla com setores da esquerda dos demais municípios brasileiros para juntos enfrentarmos a política conservadora nacional. Uma cidade onde os trabalhadores tomem em suas mãos necessitará de mais luta, mais unidade da classe nacionalmente e internacionalmente. Neste sentido, propomos transformar Aracaju em um grande território de construção de alternativas para o nordeste e para o Brasil, realizando congressos deliberativos das cidades brasileiras, envolvendo movimentos sociais organizados, setores de movimentos internacionais e estudiosos.

A centralidade do combate às opressões

9. Reivindicamos a organização e a luta da classe trabalhadora, mas compreendemos que essa classe é diversa. Não é possível falar no trabalhador em abstrato. É preciso destacar que existe uma série de preconceitos históricos que são utilizados para nos dividir enquanto classe e aprofundar a nossa condição de exploração. Por isso o programa, em todos os seus eixos, assim como as candidaturas, fazem uma defesa transversal do combate às opressões. Enfrentar o conservadorismo do machismo, racismo e a **LGBT**fobia em todos os espaços da política.

10. A política de combate as opressões devem ser materializadas em ações concretas desde o direito ao debate público sobre as opressões no âmbito das escolas, nas ruas, quando no atendimento à saúde, a segurança comunitária, como também a garantia de espaços públicos de proteção aos oprimidos pela **LGBT**fobia.

11. As opressões se dão com muita força também no combate ao racismo. Uma população onde os **negros** e as **negras** jovens são altamente criminalizados. Exige-se políticas de combate às práticas racistas em todos os espaços públicos (saúde, educação, lazer...), além de se ter uma política voltada para o desenvolvimento do trabalho não explorador e opressor pela sua condição racial; Garantir a liberdade das práticas religiosas de matriz africana exercendo uma vigilância contra os abusos de poder da polícia que tem se utilizado da lei do silêncio para coibir com desrespeito e uso da força as práticas religiosas.

12. Nosso programa tem como prioridade no combate às opressões as **mulheres**. Hoje vítimas de práticas do estupro, não encontram nos espaços públicos as condições para acolhimento e resolução dos problemas. A violência doméstica e os casos de assédio se aprofundam e agudizam por respostas concretas. Políticas de assistência às famílias articuladas com educação, saúde, proteção, trabalho, cultura e lazer, são fundamentais para reintegrar as vítimas das agressões e os

agressores em um novo patamar de vida. Porém, isto não se faz sem o rompimento também da exploração econômica, ampliar os espaços de organização e garantir que as mulheres se sintam protegidas e fortalecidas no seu direito é fundamental. Para isso, a creche e as escolas tem de existir e estarem em plenas condições de funcionamento. Promoção de medidas de promoção à proteção em ambientes onde as mulheres sejam atendidas por profissionais mulheres, servidoras públicas, livre dos machismos; garantir concurso público nas áreas de proteção e formação adequada ao atendimento de mulheres vítimas de violência; Estabelecer políticas afirmativas em todas as áreas de serviços públicos; Promover políticas que estimulem as mulheres participarem livremente de todos os conselhos populares e que possam se organizar para lutar pelos seus direitos; Garantir atendimento integral de saúde às mulheres; garantir o direito ao parto humanizado a partir do debate público com os profissionais do Sistema Único de Saúde;

Eixos Gerais

13. Para reorganizar as finanças do município é fundamental realizar uma **Auditoria da Dívida Pública**, suspender o pagamento dos juros e amortizações dos empréstimos realizados pelo poder público junto a organismos financeiros internacionais. Enfrentar a LRF como forma de garantir os devidos reajustes ao funcionalismo e reorganizar o orçamento com prioridade para os direitos sociais. Revisão das isenções e benefícios aos grandes grupos econômicos como forma de evitar a renúncia de receitas. Defender a Petrobrás pública e os empregos, garantindo a riqueza produzida para a classe trabalhadora.

14. Com o alto índice de desemprego e exploração do mercado de trabalho, a população de Aracaju pode desenvolver suas atividades geradoras de renda a partir das suas práticas de **trabalho** na agricultura urbana, extrativistas, no artesanato, na produção de roupas, calçados, alimentação, dentre outros meios. Para isto, será necessário criar políticas que ampliem uma rede de economia justa para que os trabalhadores tenham acesso ao que produz e não seja explorado pelas grandes redes varejistas que tomam conta dos mercados. Valorização e reconhecimento do trabalho das feiras livres de Aracaju com a criação de infraestrutura desprivatizando-as e ao mesmo tempo, garantir um melhor atendimento de qualidade aos comerciantes e aos compradores. Incentivar a produção orgânica com a agricultura urbana; garantir equipamentos sociais públicos para as cooperativas de produtores; Valorização dos mercados tradicionais como espaços de acolhimento dos produtores, comerciantes e compradores. Garantir uma reordenação do mercado ambulante com condições de acesso e infraestrutura digna aos comerciantes; Importante também reconhecer o valor **turístico da cidade** e a necessidade de redimensionar os ganhos do turismo para os que de fato produzem cultura e a economia – os trabalhadores. Desenvolver políticas de acesso dos turistas aos diversos pontos da cidade para adquirirem os produtos oriundos do próprio trabalho do aracajuano e sergipano; Estatizar o turismo sob o controle dos trabalhadores e abrir concursos públicos para manter o turismo fortalecido no estado (transporte, hotelaria, produtos...). Garantir política de

reconhecimento e valorização do patrimônio material e imaterial da cidade. Valorizar os espaços públicos.

15. A **moradia** é um dos graves problemas urbanos. Seja no aluguel, em condições precárias de habitação, ocupações urbanas e até mesmo nas ruas é visível a necessidade de se repensar o crescimento da cidade de acordo com as demandas mais básicas da população. A alta dos preços dos imóveis e dos aluguéis por conta da especulação imobiliária tem gerado uma exclusão de parte da população trabalhadora que não tem acesso a moradia de qualidade. A cidade de Aracaju ainda não possui um plano diretor que regule essas questões. Por outro lado, a simples existência de um plano diretor não necessariamente garante avanços. É preciso analisar com cuidado o seu conteúdo para não ser uma carta branca a favor das construtoras como forma de cumprir a lei, mas mantendo o ritmo frenético da especulação imobiliária. Nesse sentido são justas as ocupações urbanas que lutam pelo direito de um teto para centenas de famílias. Por isso não podemos defender a política de despejos e de violência contra as comunidades que já se encontram em situação. Em áreas de risco, não passíveis de urbanização, a remoção dos moradores será feita de acordo com a comunidade, respeitando o direito à vizinhança e garantido o transporte de qualidade, do novo local de moradia até o local de trabalho dos moradores; Taxação progressiva do IPTU; Manutenção de cadastro atualizado de terras e imóveis ociosos, garantindo acesso democrático às informações; Aumento substancial da taxa sobre propriedades ociosas, buscando sua desapropriação; Construção de unidades habitacionais em áreas livres, com financiamento para compra ou cessão pelo Estado para o uso, com pagamento de aluguel e controle da comunidade; Articulação dos programas habitacionais e de implantação de infra-estrutura com uma política de geração de emprego e renda; Fiscalização de novos empreendimentos imobiliários para que, no caso de imóveis para população de alta renda, o Estado deixe de arcar, como vem acontecendo, com todo o ônus da infra-estrutura. Em áreas de periferia são comuns obras sem qualquer alteração na infra-estrutura existente, fazendo o sistema de esgotamento sanitário, por exemplo, entrar em colapso, e deteriorando agressivamente o meio-ambiente; Buscar o engajamento das universidades e dos institutos de pesquisa na implementação deste plano de ação para a reforma urbana, através do redirecionamento de ações de ensino, pesquisa e extensão, articulando temáticas sociais ao planejamento e desenvolvimento urbano; As construções realizadas devem ser feitas, prioritariamente, com mão de obra da própria comunidade.

16. A **Mobilidade Urbana** tem sido um dos principais temas nos últimos anos. Para além das propostas mirabolantes de VLT, BRT e outras apresentadas de forma eleitoreiras precisamos pensar a mobilidade para pedestres, ciclistas, motoristas e inclusive pensar seriamente a possibilidade de utilização de outros modais como o transporte fluvial. Para isso é preciso colocar a mobilidade a serviço das necessidades da população e não ao atendimento dos grupos empresariais que monopolizam o transporte coletivo. Defendemos: Tarifa Zero, municipalização do transporte público e controle popular; Regulamentação dos

moto taxistas e taxistas alternativos; Circulação dos ônibus 24h; Redução da jornada de trabalho para os motoristas, cobradores e fiscais; Concurso público e plano de carreira e salários; Investimento em ciclovias, sinalização e campanhas educativas sobre a importância econômica e ambiental do uso da bicicleta.

17. Dentro do modelo de cidade voltado para os grandes grupos econômicos não há espaço para pensar a pauta **ambiental**. Sufocada pela necessidade de lucro, o máximo que a burguesia admite é a palavra sustentabilidade. Uma palavra vazia de sentido senão enfrentarmos a lógica da especulação imobiliária e das megaconstruções. A poluição dos rios, a falta de saneamento básico para a maioria da população, a ausência de uma política eficiente de coleta de lixo, são problemas constantes. A criação da Secretaria de Meio Ambiente, apesar de ser uma pauta histórica, na prática tem servido apenas para legitimar a política de expansão com base nos grandes empreendimentos deixando em segundo plano a defesa ambiental, o próprio conselho municipal é composto prioritariamente por representação de setores privados (empresas diversas e faculdades ou universidades privadas). Precisamos elaborar plano de desenvolvimento e recuperação do meio-ambiente, que inclua recomposição da cobertura vegetal, recuperação de lagoas, manguezais e das praias; Fazer cumprir e aperfeiçoar a legislação de obras para que contemple a proteção ambiental; Trabalhar em conjunto com os sindicatos para a fiscalização de trabalho na indústria; Criar mecanismos para garantir a mais ampla socialização das informações sobre meio ambiente, como as exigências técnicas para o tratamento da água, do lixo, dos esgotos domésticos e dejetos industriais; Reforçar a EMSURB, inclusive no que diz respeito às ações de reflorestamento etc.; Ampliar e conservar parques e jardins; Dar prioridade a uma política de reciclagem de lixo, com tecnologia apropriada; Implantar a coleta seletiva de lixo em todos os bairros. Punição as empresas e indústrias poluidoras do meio ambiente; Estabelecer a política municipal de preservação das bacias hidrográficas, rios, cursos d'água, lagos e aquíferos , preservando o potencial hídrico de Aracaju; Defesa de gestão integrada e participativa das unidades de conservação, combatendo, ao mesmo tempo, qualquer processo de privatização das áreas públicas, acelerando o processo de implantação dessas unidades; Incentivar o uso de tecnologias alternativas para a geração de energia com baixo impacto ambiental negativo; Propor uma política de separação, reciclagem, compostagem e destinação final adequada dos resíduos sólidos em parceria com a Universidade Federal de Sergipe; Estimular o desenvolvimento de campanhas educativas que leve à mudança de comportamento em relação ao consumo, geração de resíduos, combate ao desperdício e preservação ambiental; Implantação dos planos de gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde; Definição e implantação de políticas florestais que contemplem as áreas de preservação permanente, a reposição de reservas florestais legais e programas de reservas extrativistas, incentivando o plantio de essências nativas nas unidades de conservação e na restauração das matas ciliares; Estabelecer o cumprimento da legislação ambiental no que se refere à elaboração do EIA/RIMA antes de liberar a implantação de indústrias, loteamentos, gasodutos, usinas termoeletricas e outras atividades que possam trazer riscos e danos à saúde da população e ao meio

ambiente.

18. Reivindicamos uma política de **saúde** pautada na prevenção e promoção da saúde. Não é possível tratar a saúde somente na parte do atendimento de urgência e emergência. Saneamento básico, boa alimentação, condições de trabalho adequadas, tudo isso faz parte de um debate sobre saúde. Gestão democrática de hospitais e postos de saúde; Diálogo aberto com os profissionais da saúde com o objetivo de aumento salarial, plano de carreira, etc. Fim das OS's na saúde; recuperação e aparelhamento da rede de postos de saúde ampliando o atendimento noturno e finais de semana; Ampliação do programa de saúde da família, para acompanhamento sistemático da saúde da população; Ampliação do número de agentes de saúde para atuação junto às comunidades; Atendimento odontológico curativo e preventivo, nas comunidades e escolas; Concurso públicos para médicos, enfermeiros e técnicos para atendimento nas unidades de saúde (como suporte ao PSF): ginecologista, obstetra, pediatra, clínica geral. Necessário ainda estabelecer programas de atendimento a grupos específicos, como gestantes, crianças e pacientes crônicos e estabelecer programa eficiente de saúde da mulher.

19. Defendemos uma **educação pública**, gratuita, de qualidade com base na politécnica que possa unificar em uma proposta tanto a formação intelectual, quanto as atividades físicas e relacionadas ao trabalho fazendo um contraponto a educação formalista de objetivo único para o mercado de trabalho e a reprodução de valores de competição, em detrimento da cooperação e solidariedade. Defendemos o investimento na infraestrutura escolar e, sobretudo, valorizando os profissionais da educação. A melhoria imediata e duradoura do sistema educacional depende de participação efetiva da comunidade e da garantia da permanência das crianças na escola. Por isso reivindicamos a luta por uma escola universal, laica, libertária e materialmente forte, que permita ao educando obter uma formação sólida, rica, crítica e abrangente, para levá-lo ao exercício pleno de suas potencialidades. A escola deve ser um espaço aberto não só para seus alunos, mas também para toda a comunidade. Financiamento: mais verbas para a educação pública; valorização dos profissionais da educação com o cumprimento da lei do piso salarial dos docentes e garantia do Plano de Carreira para todos os servidores da educação; Ampliação do quadro pedagógico: efetivação dos professores formados via concurso público; Discussão ampla com os docentes sobre as diretrizes curriculares do ensino básico; Ampliação do quadro de servidores da educação (merendeiras, porteiros, etc.); pelo fim da política de contratação temporária do funcionalismo público da educação. Avaliação da gestão escolar (Gestão Democrática), desde a sua implementação, junto aos setores que a compõe. Qualificação política e científica para a formação continuada dos professores da rede municipal. Ampliação da quantidade de escolas e creches no município; Desenvolvimento de ações com uma nova organização do trabalho pedagógico nas escolas que qualifiquem a educação no ensino fundamental de modo a erradicar a defasagem idade-série e a desistência; Garantir a elevação da escolaridade das crianças e dos jovens e adultos; Garantir uma educação inicial de qualidade, abolindo pacotes pedagógicos como

estratégias de melhoria do ensino; Garantir progressivamente o equipamento das salas de aula de modo que as crianças e jovens tenham uma estrutura didático-pedagógica completa e com respeito às diferenças; Garantir salas preparadas para atendimento às pessoas com deficiência e condições de trabalho abolindo a contratação de professores para essa área que só tem aumentado a precarização sem garantia do desenvolvimento pleno das crianças e jovens. Garantir o não fechamento de salas de aula e de escolas; Criar um centro de formação para os profissionais da educação para elevar a qualidade dos serviços em todos os níveis; Incentivar o desenvolvimento de pesquisa na educação básica por parte dos docentes da rede. Garantir uma educação de qualidade para crianças e jovens que estão submetidos às medidas sócio educativas; Garantir a transparência e a melhoria da qualidade da merenda escolar para a rede a partir da aquisição de alimentos da agricultura familiar e extrativista; Implementar progressivamente escolas públicas de tempo integral.

20. A desigualdade social e o aprofundamento da crise empurram a juventude para a marginalidade e cresce o índice de **violência urbana**. Para dar resposta a esse quadro a classe dominante mantém a política histórica de segurança pública baseada na repressão e militarização da guarda municipal que ao invés de solucionar o problema, apenas intensifica. Não adianta atacar a consequência sem ir à raiz dos problemas. É preciso defender uma concepção de segurança baseada na garantia de direitos e não na repressão que a cada dia se mostra mais fracassada, servindo apenas para criminalização de pobres e a juventude negra, afinal a mesma guarda municipal não age com a mesma truculência quando se trata de corruptos de colarinho branco como os vereadores que são acusados de lavagem de dinheiro em Aracaju. Devemos criar um conselho municipal de direitos humanos encarregado de traçar uma política de direitos humanos para a cidade e de propiciar, nesse campo, todo o tipo de assistência à população; Desmilitarização da Guarda Municipal para avançar em um caráter de Guarda Comunitária atuando em conjunto com as comunidades; Política específica para a população de rua – sobretudo os menores e idosos – a partir da formação de um corpo técnico especializado que trabalhará em sintonia com os Conselhos Populares de cada área.

21. A **Assistência Social** é necessária para colocar os sujeitos de direitos em condições para enfrentar o capital. Portanto, os recursos destinados do SUAS deve ser aplicado para proteger e contribuir com a emancipação dos que hoje dependem dos cuidados da assistência. Crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência devem ser radicalmente respeitados. Garantir a participação direta da classe na definição da política social para ampliar os serviços de convivência e fortalecimento de vínculo familiar articulando com a política de educação, saúde e trabalho; Garantir condições de trabalho e concurso públicos para os trabalhadores da área da assistência social; garantir condições de atendimento nos CRAS com articulação das demais políticas sociais; fortalecer a política de adesão de acolhimento familiar de crianças e adolescentes; desenvolver políticas para idosos articuladas com as políticas de saúde, educação, cultura e trabalho;

22. Para nós a **cultura** deve ser instrumento de libertação e não de reprodução das desigualdades e da exploração. Por isso apoiamos as ocupações culturais que tem acontecido na cidade, como o SarauDeBaixo, Ensaio Aberto, SarauDequebrada, Rodas de Rima, Ocupação do IPHAN/Minc, etc. Essas ocupações culturais em toda a cidade questiona de frente a política de editais e megaeventos. Com autonomia, combatividade e criatividade representam a resistência dos trabalhadores da cultura. Há uma necessidade urgente de ampliar e fortalecer bibliotecas públicas, cinemas e teatros, museus, etc. que quando existem, são concentrados geograficamente no centro e na zona sul. Queremos estabelecer um conjunto de ações no setor cultural que permitam, ao mesmo tempo, a socialização do acervo acumulado pela sociedade, propiciando o acesso, para toda a população, a todos os bens culturais existentes e o fomento aos novos artistas, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades humanas e da cultura regional e nacional; Criar os Distritos Culturais – biblioteca, livraria, cinema, teatro, espaço para dança e exposições – para cada bairro da cidade. Transformar o Parque da Sementeira em um grande centro cultural; Realizar festivais de música, dança, artes plásticas e outras manifestações culturais; Lutar pela criação bem como apoiar emissoras de rádio e TV comunitárias que sejam voltadas para a promoção da cultura; Apoiar a criação e expansão de museus interativos; Resgatar o acervo histórico (mapas, documentos, livros esgotados, prédios, etc.) da cidade, para o enriquecimento da memória coletiva, e um melhor entendimento de nossa história sob o ponto de vista das classes populares; Estimular nas escolas as brincadeiras com parlendas, trava-línguas, cantigas de roda, política de cultura em todos os gêneros literários, musicais, cinematográficos, etc; Estabelecer política de preservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico da cidade.

23. Reivindicamos a implementação de um plano de **obras públicas** como reformas e construção de novas escolas e unidades de saúde, construção de restaurantes, lavanderias, equipamentos sociais públicos que possibilitem o comércio local por bairro, em especial para a comercialização da agricultura orgânica, artesanato, roupas e calçados. Esse plano de obras públicas gera emprego na sua execução de depois na manutenção e funcionamento das obras construídas. Outra medida a ser tomada, será a redução da jornada de trabalho de todos os servidores públicos municipais para 30h semanais, sem a redução de salários e direitos trabalhistas. A redução da jornada garante a contratação de mais trabalhadores através de concurso público. Concurso público em todas as áreas do serviço público municipal garantindo o fim da terceirização e a incorporação dos trabalhadores terceirizados ao quadro dos servidores do município. Garantir o direito ao trabalho àqueles que hoje são perseguidos como os trabalhadores da economia informal, regularizando os ambulantes.

Trabalhadores no poder! O papel dos mandatos e os conselhos populares

24. O modelo de governo dos grupos políticos amparados pelo setor empresarial tem se caracterizado pelo completo distanciamento da população das decisões sobre os rumos da cidade e de suas políticas. Os acordos estão resumidos a

projetos enviados pelo prefeito e aprovado pelos vereadores. Não existe debate público e fortalecimento da participação popular. Para um programa alternativo ser vitorioso é preciso não apenas um conjunto de boas propostas, mas em especial a forma como construí-las, afinal defendemos um governo dos trabalhadores, com eles e não para eles. Nesse sentido apresentamos duas contribuições.

25. A primeira diz respeito ao papel dos mandatos socialistas. Compreendemos que um mandato socialista deve se pautar por espaços públicos de discussão, planejamento e envolvimento da população. Um vereador/vereadora ou uma prefeita eleita pela Frente de Esquerda deve estar em permanente sintonia com a população. Para isto, precisa estabelecer uma prática de transparência e prestação de contas permanente. dinheiro público, seja o orçamento ou as verbas parlamentares, devem ser discutidas por toda a população e definidas suas prioridades coletivamente. Nenhum mandato pode ser utilizado para interesses privados, inclusive o destino dos seus salários devem ser discutidos com a classe trabalhadora organizada e deve estar a serviço das lutas.

26. Os mandatos devem ter o compromisso de denunciar e combater a corrupção em todos os escalões do executivo, quanto do legislativo e judiciário. Verbas indenizatórias desviadas deverão ser devolvidas aos cofres públicos, por exemplo. Fortalecimento dos conselhos populares para também exercerem o papel de fiscalização dos atos administrativos do executivo e do legislativo.

27. A segunda trata da importância dos conselhos populares. Conselhos autônomos organizados e geridos pela própria população em seus locais de trabalho, estudo e moradia como forma de pautar politicamente as decisões da cidade. Não aceitamos governar sob a forma da conciliação, tendo que fazer chantagens e barganhas para aprovar o programa defendido pela classe trabalhadora. Devemos nos pautar nas demandas dos conselhos e na sua força e capacidade de organização e luta para realizarmos juntos, as mudanças necessárias. Uma gestora pública terá de estar em diálogo direto e permanente com a população e, principalmente com os que sempre tiveram sua participação excluída, os mais pobres, para governar Aracaju. É isto que significa governar com os de baixo.

28. Um instrumento de grande alcance para se medir e definir a prioridade das políticas públicas está no plebiscito, consultas públicas e referendos. Nestes casos a população pode explicitar tanto diretamente em reuniões públicas quanto por meio virtual, organizados pelos conselhos populares a consulta que orientará as políticas públicas.